

# Migração e mercado de trabalho em Portugal: Uma análise comparativa entre Brasileiros e Africanos Lusófonos\*

Gilvan Ramalho Guedes<sup>1</sup>  
Denise Helena Franca Marques<sup>2</sup>

Palavras-chave: migração internacional; mercado de trabalho; discriminação.

## RESUMO

Neste artigo pretende-se responder a duas perguntas: Existem diferenças significativas na probabilidade de se enquadrar em ocupações de nível mais elevado entre os lusófonos africanos e brasileiros que trabalham no mercado português? Quanto dessa diferença pode ser mitigada caso os retornos aos atributos de ambos os imigrantes sejam iguados? Com base nas informações do Censo Demográfico português de 2001, disponíveis em IPUMS (2008), utilizou-se, para responder a primeira pergunta, uma classe de modelos não-lineares, conhecidos como Modelo Ordinal Generalizado, com resíduo corrigido por viés de seleção amostral (técnica de correção de Heckman). Para a segunda pergunta foram estimadas equações para os dois grupos de imigrantes e, em momento posterior, como exercício contrafactual, iguados os retornos (ou seja, os coeficientes) da equação de brasileiros com a equação de africanos, preservando suas diferenças de atributos. Os resultados revelaram que a probabilidade de enquadramento ocupacional numa posição mais elevada entre os brasileiros era, em média, 10% superior à dos africanos. Além do mais, se os africanos lusófonos possuísem os retornos dos brasileiros, a probabilidade de ocuparem posições mais elementares no mercado de trabalho português reduziria em mais de 4%. O inverso aconteceria com os brasileiros. Se estes fossem tratados no mercado de trabalho como os africanos lusófonos, sua probabilidade de ocupar posições mais baixas aumentaria em aproximadamente 3%. Estes resultados condizem com alguns estudiosos sobre o tema, tais como Machado (2006) e Lages & Policarpo (2002) que creditam a discriminação dos africanos lusófonos frente aos brasileiros ao pensamento colonial, reorganizado e direcionado às populações imigrantes em Portugal. Os brasileiros, segundo Machado (2006), ocupam um lugar intermediário entre os africanos e portugueses.

---

\* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008;

<sup>1</sup> Pesquisador Associado do ACT (Anthropological Center of Training and Research on Global Environment Change) – *Indiana University at Bloomington* e doutorando em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Urbano (CEDEPLAR/UFMG). Email para contato: [rguedes@indiana.edu](mailto:rguedes@indiana.edu) / [rguedes@cedeplar.ufmg.br](mailto:rguedes@cedeplar.ufmg.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Urbano (CEDEPLAR/UFMG). Email para contato: [denise@cedeplar.ufmg.br](mailto:denise@cedeplar.ufmg.br).

# **Migração e mercado de trabalho em Portugal: Uma análise comparativa entre Brasileiros e Africanos Lusófonos\***

**Gilvan Ramalho Guedes<sup>3</sup>  
Denise Helena Franca Marques<sup>4</sup>**

## **1 INTRODUÇÃO**

O que determina a chance de um imigrante ocupar posições elevadas no mercado de trabalho português? Sua origem, sua identidade cultural, o tamanho e influência de sua rede social ou suas características pessoais? Este trabalho procura responder duas perguntas. Existem diferenças significativas na probabilidade de se enquadrar em ocupações de nível mais elevado entre os lusófonos africanos e brasileiros que trabalham no mercado português? Quanto dessa diferença pode ser mitigada caso os retornos aos atributos de ambos os imigrantes sejam iguais? Nossos resultados sugerem que os brasileiros são favorecidos no processo de enquadramento ocupacional e parte desse resultado parece advir de uma hierarquia de alteridades existente em Portugal, onde os brasileiros ocupariam um lugar intermediário entre os portugueses “brancos” e os africanos “negros”.

Este estudo, ao apresentar de maneira concisa as teorias contemporâneas sobre as migrações internacionais permite o traçado de um paralelo entre as mesmas e os fatos empíricos constatados nos estudos sobre os movimentos migratórios internacionais de brasileiros e africanos lusófonos para Portugal.

Nossa análise empírica destaca os imigrantes lusófonos em Portugal. Portugal pode ser considerado historicamente um país de emigração, haja vista o elevado número de portugueses residindo em outros países. Entretanto, a presença de imigrantes internacionais no país tem se tornado notável. Dados da UNIÃO EUROPÉIA (2002) revelam que o número de estrangeiros residentes em Portugal mais que quadruplicou em 20 anos, passando de 50.750 pessoas em 1980 para 208.198 em 2000. Note que essas cifras referem-se ao número de estrangeiros legalizados, ou seja, as informações fundamentam-se em dados oficiais. O número de estrangeiros residindo em Portugal em 2000 deve ser muito superior ao registrado, devido aos ilegais que vivem no país. Rocha-Trindade (2003) destaca que o maior estoque de estrangeiros em Portugal, em 1989, era de caboverdianos (27.972). O Brasil vinha em segundo lugar com 10.520 imigrantes, seguido

---

\* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008;

<sup>3</sup> Pesquisador Associado do ACT (Anthropological Center of Training and Research on Global Environment Change) – *Indiana University at Bloomington* e doutorando em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Urbano (CEDEPLAR/UFMG). Email para contato: [gruedes@indiana.edu](mailto:gruedes@indiana.edu) / [gruedes@cedeplar.ufmg.br](mailto:gruedes@cedeplar.ufmg.br).

<sup>4</sup> Doutoranda em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e Urbano (CEDEPLAR/UFMG). Email para contato: [denise@cedeplar.ufmg.br](mailto:denise@cedeplar.ufmg.br).

pelo Reino Unido (7.761) e Espanha (7.294). Angola e Guiné-Bissau apareciam em sétimo e nono lugar na classificação, com 4.842 e 3.347 imigrantes, respectivamente. Em 1999, além do aumento do estoque de imigrantes internacionais em Portugal, observou-se a predominância dos

estrangeiros provenientes de países lusófonos. Cabo-Verde permaneceu em primeiro lugar, com 41.951 imigrantes residentes, seguido pelo Brasil (20.851). O estoque de angolanos e guineenses, entre 1989 e 1999, mais que triplicou, alcançando as cifras de 17.721 e 14.217 residentes, respectivamente, superando o volume de imigrantes nacionais do Reino Unido (13.335) e Espanha (11.122).

Pode-se afirmar que a maioria dos imigrantes brasileiros e africanos lusófonos que se destinaram à Portugal, após a segunda metade do século XX, migraram em busca de melhores oportunidades de trabalho no país de destino. As disparidades sócio-econômicas e demográficas entre os países de origem e o país de destino impulsionaram os fluxos. Entretanto, soma-se a isto a proximidade histórico-cultural entre os mesmos e a migração de retorno de muitos portugueses, oriundos do Brasil, mas, sobretudo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa<sup>5</sup> (PALOP), que retornaram para Portugal devido aos conflitos nas colônias africanas, no período de independência, e às oportunidades educacionais e de melhores empregos.

Nesse contexto, este trabalho analisa as chances de enquadramento ocupacional de brasileiros e imigrantes africanos de língua portuguesa no mercado de trabalho lusitano. Com base nas informações do Censo Demográfico português de 2001, disponíveis em IPUMS (2008), utilizou-se uma classe de modelos não-lineares, conhecidos como Modelo Ordinal Generalizado, com resíduo corrigido por viés de seleção amostral (técnica de correção de Heckman), para testar a hipótese de existência de favorecimento de brasileiros em ocupações mais elevadas. Com vista a dimensionar o efeito da eliminação da discriminação de retornos dos atributos entre brasileiros e africanos, foram estimadas equações separadas para cada grupo de imigrantes e, em seguida, como exercício contrafactual, igualados os retornos (ou seja, os coeficientes) da equação de brasileiros com a equação de africanos, preservando suas diferenças de atributos.

A escolha destes dois grupos de imigrantes se deve ao fato dos mesmos possuírem características muito próximas entre si e de serem imigrantes provenientes de ex-colônias portuguesas. Além disso, os africanos lusófonos e brasileiros possuem estereótipos, ou imagens socialmente construídas por parte dos portugueses, que podem favorecer a uma discriminação no mercado de trabalho em Portugal. Segundo Machado (2006), existe uma dificuldade maior, por parte dos portugueses, em aceitar imigrantes africanos, grande parte negros, e considerados negros no pensamento imperial. Por outro lado, os brasileiros, considerados mestiços, são associados à “simpatia” e à “alegria” e “*deveriam ocupar o lugar de feliz animador de uma eterna platéia portuguesa: músicos, dançarinos, atendentes ao público em geral*” (Machado, 2006, p.127). Os resultados sugerem a persistência dessa diferença favorável aos brasileiros, mesmo após o controle de fatores de capital humano, como educação; condições no mercado de trabalho, como número de horas trabalhadas e, diferenciais espaciais de retornos, como região e área de residência.

---

<sup>5</sup> Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O início da migração internacional**

A ausência de uma teoria única sobre as migrações internacionais, capaz de modelar as causas dos fluxos e sua permanência no tempo e espaço, pode ser explicada pela complexidade e natureza multifacetada da migração internacional que requer uma teoria sofisticada que incorpore uma variedade de perspectivas, níveis e suposições (Massey et al., 1993). Desta forma, para entender a origem e permanência dos fluxos de brasileiros e de africanos lusófonos para Portugal é preciso conhecer um pouco sobre as teorias contemporâneas sobre migração internacional e combiná-las entre si.

O desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho entre os países de origem e o país de destino é considerado pelos macro economistas neoclássicos como o motor dos fluxos migratórios internacionais entre as regiões. Países com elevada oferta de mão-de-obra em relação ao capital possuem um baixo salário de equilíbrio, enquanto países abundantes em capital em relação à quantidade de trabalhadores têm um elevado salário de equilíbrio. Esse diferencial de salários é então responsável pela migração de indivíduos provenientes de países com baixos salários para países com altos salários, o que gerará um equilíbrio internacional. Atingido este equilíbrio internacional de salários os fluxos migratórios internacionais não mais vão existir.

As pessoas são considerados seres racionais pelo modelo micro econômico neoclássico. O indivíduo decide migrar por esperar retornos positivos, geralmente monetários, do movimento. As características individuais (capital humano) que incrementem a probabilidade do imigrante de ser mais bem remunerado ou aumentem a probabilidade de emprego no país de destino, em relação ao país de origem, podem impulsionar os movimentos internacionais. A queda nos custos da migração, ocasionada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, também são fatores que incentivam os indivíduos à emigrar pois aumentam o retorno esperado dos mesmos. Assim como os macroeconomistas neoclássicos, estes teóricos acreditam que os movimentos internacionais não ocorrem na ausência de diferenciais salariais e/ou de taxas de emprego entre os países de origem e destino. A migração internacional ocorrerá apenas até os ganhos esperados serem equilibrados internacionalmente.

Para os novos economistas da migração, as decisões de migrar não são tomadas isoladamente pelo indivíduo, mas sim por unidades de produção e consumo, tais como as famílias ou domicílios que buscam não apenas maximizar a renda, mas também minimizar os riscos e driblar as ameaças associadas às falhas de mercado, falhas essas diferentes das do mercado de trabalho. É como se as famílias ou domicílios estivessem em posição de controlar os riscos do bem-estar econômico da unidade, diversificando a alocação de seus membros em diferentes localidades (Massey et al., 1993). Diferentemente dos neoclássicos, para os novos economistas da migração a diversidade das fontes de renda é importante, mesmo que não aumente necessariamente o total da renda familiar ou domiciliar. A diminuição das diferenças no desenvolvimento econômico entre as regiões de origem e destino não necessariamente reduz as pressões para a migração internacional.

A teoria do mercado de trabalho dual argumenta que a migração internacional depende da demanda por mão-de-obra que é intrínseca às sociedades modernas industriais. Neste caso, os fluxos internacionais de migrantes não seriam causados pelos fatores de expulsão dos países de

origem e sim pelos fatores de atração dos países receptores de imigrantes. Conforme Massey et al. (1993), os países com economias industriais desenvolvidas necessitam de mão-de-obra estrangeira para trabalhar em atividades desprezadas pelos nativos, seja por causa do baixo status social da atividade, seja pela baixa remuneração, ausência de perspectivas para mobilidade ou instabilidade da mesma, segmentando o mercado de trabalho. Os proponentes dessa teoria não mencionam se os migrantes são indivíduos racionais ou não, como fazem os economistas nos modelos microeconômicos, apenas desenvolvem a idéia de que um maior número de oportunidades de trabalho para os imigrantes, favorecidos pela discriminação da população nativa em relação aos trabalhos pouco remunerados, aumenta as expectativas de ganhos dos mesmos e suas habilidades em superar os riscos. O recrutamento de mão-de-obra estrangeira por parte dos empregadores faz com que as informações referentes ao trabalho sejam mais fidedignas, o que diminui o risco de migrar e reforça as estratégias das famílias em diversificar as fontes de rendimento.

De acordo com a teoria dos sistemas mundiais, as migrações internacionais são conseqüências naturais do desenvolvimento do capitalismo. Neste cenário, a globalização desempenha um papel fundamental criando conexões materiais e ideológicas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. As ligações ideológicas e culturais entre os países desenvolvidos e periféricos podem existir desde o passado colonial, sendo reforçadas pela comunicação em massa proveniente dos países centrais que divulgam um tipo de padrão moderno de vida, com diferentes hábitos de consumo, línguas e cultura. A economia mundial é administrada a partir de um pequeno número de cidades, denominadas por cidades globais, que concentram as atividades financeiras, administrativas, de serviços e de produção de alta tecnologia (as cidades globais nos Estados Unidos incluem New York, Chicago, Los Angeles e Miami; na Europa podem ser citadas Londres, Frankfurt e Milão; no Pacífico Tokyo, Osaka e Sidney). Tais atividades demandam mão-de-obra altamente qualificada e criam uma forte demanda por trabalhadores com baixas qualificações, tais como garçons, officeboys, jardineiros, empregadas domésticas e faxineiras. Essas atividades então passam a ser desempenhadas por mão-de-obra migrante.

## **2.2 A continuidade dos movimentos internacionais**

Assim como existem teorias para explicar as razões do início dos fluxos migratórios internacionais, existem teorias que tentam explicar a continuidade de tais movimentos. Os fatores que desencadeiam as migrações internacionais são um pouco diferentes dos fatores responsáveis pela sua perpetuação.

De acordo com a teoria das redes sociais, as relações interpessoais são uma forma de capital social para se ter acesso à uma vaga de emprego no exterior. A conexão dos futuros migrantes aos não migrantes ou mesmo aos migrantes mais antigos do local de destino aumentam a probabilidade dos movimentos internacionais. Com a diminuição dos riscos e das incertezas, os custos de migrar diminuem e conseqüentemente o retorno esperado aumenta. A medida que as redes sociais se ampliam, menores serão os custos da migração e mais pessoas estarão dispostas a deixar seu país para trabalhar no exterior, isto é os fluxos se tornam menos seletivos em termos socioeconômicos e mais representativos nos países de origem. Essa teoria aceita a idéia de que a migração internacional é uma decisão individual ou da família, mas discorda que exista uma forte correlação entre os diferenciais salariais, as taxas de emprego e os fluxos migratórios internacionais. Como a migração internacional se torna institucionalizada pelas redes sociais, ela

se torna progressivamente independente dos fatores que a originaram, sejam eles estruturais ou individuais.

Satisfeita a demanda por mão-de-obra estrangeira nos países receptores de imigrantes, os governos dos mesmos passam a restringir a entrada de trabalhadores imigrantes, como, por exemplo, através da concessão de vistos. De acordo com a teoria institucional da migração, essas barreiras criam um nicho lucrativo, em termos econômicos, para os empresários e instituições dedicadas a promover a migração internacional através de meios ilícitos. Mais uma vez, o desenvolvimento dessas instituições, assim como acontece com as redes sociais, se tornam independentes dos fatores que deram origem aos fluxos. Os governos dos países receptores de imigrantes têm dificuldades em frear os movimentos internacionais uma vez que eles tenham começado. Além do mais, o estabelecimento de medidas restritivas para dificultar os fluxos acabam criando um mercado negro das migrações.

Muitos cientistas sociais suportam a idéia de que além das redes sociais e do desenvolvimento de instituições que facilitam os movimentos populacionais, as migrações internacionais se sustentam com base num processo denominado de “causação acumulativa”. Tais estudiosos apontaram seis fatores sócio-econômicos que são potencialmente afetados pela migração cumulativamente. São eles: 1) a distribuição de renda; 2) a distribuição de terra; 3) a organização da agricultura; 4) a cultura da migração; 5) a distribuição regional do capital humano e; 6) o significado social do trabalho.

A teoria dos sistemas de migração também explica a continuidade dos fluxos internacionais. O intenso intercâmbio de bens, capital e pessoas acontece entre determinadas regiões que nem sempre são próximas entre si. Os fluxos migratórios internacionais muitas vezes refletem relações políticas e econômicas entre os países. Tais países podem passar a fazer parte ou se “desligarem” de sistemas migratórios conforme mudanças sociais, flutuações econômicas ou sublevação política (Massey, et al., 1993).

A exposição sucinta das teorias sobre o início das migrações internacionais e a perpetuação dos fluxos facilita o entendimento dos movimentos internacionais de brasileiros e africanos lusófonos para Portugal, assim como a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho português.

### **3 ANTECEDENTES EMPÍRICOS**

Os fluxos migratórios de brasileiros e africanos lusófonos para Portugal podem ser entendidos através de diferentes aspectos, tais como os laços histórico-culturais entre as regiões, as disparidades sócio-econômicas e demográficas entre os países e as políticas, implementadas pelo governo português, de recrutamento de mão-de-obra no exterior.

A migração internacional nos países da Europa Ocidental iniciou-se por volta da segunda metade do século XX. Entre 1950 e 1975, grande parte dos fluxos migratórios ocorreu dentro do próprio continente europeu. Segundo Massey et.al. (1998), muitos trabalhadores saíram dos países localizados no sul da Europa, relativamente intensivos em mão-de-obra (Itália, Espanha, Portugal e Grécia), e se dirigiram para o norte e o oeste europeu, países intensivos em capital e escassos em mão-de-obra (Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Suécia). No final dos anos 60, a economia de países como Portugal, Espanha e Itália começou a se tornar intensiva em capital. A

escassez de mão-de-obra nestes países, causada pela emigração massiva de trabalhadores na década anterior, fez com que a importação de mão-de-obra se tornasse necessária. Assim, durante a década de 70, inúmeros trabalhadores imigrantes desembarcaram nestes países, oriundos principalmente do Oriente Médio e Norte da África. Note que os tais fatos encontram suporte na teoria macro econômica neoclássica, onde as diferenças salariais foram causadas pelos desequilíbrios de oferta e demanda de trabalho entre os países.

Frente à um rápido crescimento econômico e uma escassez de oferta de trabalhadores domésticos, os governos de muitos países europeus começaram a recrutar trabalhadores temporários em outras regiões do globo. Estes trabalhadores deveriam retornar para seus países de origem assim que as condições econômicas que causaram tal importação de mão-de-obra desaparecessem. Entretanto, um grande número de trabalhadores imigrantes optou em permanecer nos países de destino e requereram a entrada de membros de suas famílias, como esposas, filhos e outros parentes. Embora não tenha sido citado acima, as teorias neoclássicas, tanto a macro quanto a micro, pressupõem que os governos dos países originários e receptores dos fluxos têm o poder de controlar os movimentos migratórios internacionais através do mercado de trabalho. Neste caso, políticas de recrutamento de mão-de-obra podem ser entendidas como uma medida que diminui os riscos do movimento e aumentam os retornos esperados dos migrantes.

Nos países do Golfo Pérsico e dos “Tigres Asiáticos”, a migração internacional iniciou-se a partir de 1973 e na década de 80, respectivamente. Estes grupos de países também adotaram políticas de recrutamento de mão-de-obra no exterior. A necessidade da economia destas regiões em importar trabalhadores para suprir as demandas internas fez com que os países, de exportadores de mão-de-obra, se tornassem importadores, assim como determinados países europeus.

As experiências migratórias de alguns países da Europa, assim como de países do Golfo Pérsico e dos “Tigres Asiáticos”, apesar de constituírem sistemas migratórios diferentes, possuem várias características semelhantes. De fato, ao longo dos sistemas migratórios mundiais contemporâneos, vários denominadores comuns podem ser observados e o sistema migratório português não foge a essa regra. Em primeiro lugar, os imigrantes brasileiros e, sobretudo os africanos lusófonos, vêm de países com limitada oferta de capital e abundante reserva de trabalhadores, fato que condiz com as proposições dos neoclássicos. Há de se considerar também, nestes países, o desequilíbrio entre as condições demográficas, onde predomina na população uma imensa massa de jovens trabalhadores em busca de vagas no mercado de trabalho interno, e os limites das atividades econômicas, pouca oferta de trabalho para a grande quantidade de mão-de-obra disponível. Em segundo lugar, os trabalhadores estrangeiros estão cada vez mais fazendo parte de um mercado de trabalho altamente segmentado no país de destino, hipótese levantada pela teoria do mercado de trabalho dual. O emprego de tecnologias poupadoras de mão-de-obra nas indústrias é responsável pela demissão de trabalhadores em diversos setores da economia (particularmente na manufatura). Essa redução na oferta de trabalho além de criar segmentação, incita competição tanto entre os nativos quanto entre esses e os imigrantes. Soma-se à este fato o preconceito e a xenofobia da população e a percepção dos líderes políticos em relação aos imigrantes, como problemas políticos e sociais a serem resolvidos.



Portugal, Brasil e os PALOP possuem relações culturais, lingüísticas, administrativas, de investimento, de transportes e comunicação que foram estabelecidas ainda na era colonial e que influenciaram em muito a continuidade dos fluxos de migrantes. No entanto, apesar dos pontos comuns entre os fluxos internacionais de brasileiros e de africanos lusófonos para Portugal, as histórias por trás destes movimentos internacionais guardam características próprias.

A imigração de africanos, provenientes dos PALOP, para Portugal, assim como a posterior imigração de brasileiros para o mesmo, guarda profunda relação com a era colonial. Os laços histórico-culturais, incluindo aí a língua comum, podem ser considerados um dos fatores contributivos para os fluxos internacionais daqueles países em direção a Portugal. De fato, outros aspectos devem ser inseridos na análise, como as políticas migratórias, as redes sociais e as diferenças econômicas entre os países envolvidos.

Os governos muitas vezes desempenham um papel crítico na formação dos fluxos migratórios através de políticas para o recrutamento de mão-de-obra estrangeira, para a entrada de estudantes, através de acordos bilaterais (multilaterais) e mesmo através de políticas para a regularização de imigrantes ilegais que acabam estimulando a entrada de novos trabalhadores, como por exemplo, as duas operações de regularização que aconteceram em Portugal, em 1992-93 e 1996, que acabaram favorecendo a proliferação dos segmentos mais precários do mercado de trabalho. De acordo com as teorias neoclássicas das migrações internacionais, tal regularização ao diminuir as incertezas e os riscos dos movimentos internacionais aumentam os retornos esperados dos imigrantes e contribuem para o aumento e diversificação dos fluxos migratórios.

Brasil e Portugal têm uma série de tratados e acordos, tal como o da legalização de cidadãos brasileiros, mediante acordo assinado em 11 de julho de 2003 pelo presidente da República do Brasil e o Primeiro-Ministro português (Rocha-Trindade, 2003). Este acordo foi contestado por imigrantes de outras nacionalidades, inclusive os originários dos países africanos de língua portuguesa (PALOP), uma vez que a justificativa do governo português para a legalização dos brasileiros baseou-se na “*antiga e continuada relação entre os dois países, ao longo da História, caracterizada pela reciprocidade de benefícios atribuídos por cada um deles aos cidadãos do outro*”. (Rocha-Trindade, 2003, p.11). Portugal possui tratados e acordos com algumas de suas ex-colônias africanas, mas nenhum nos moldes do acordo assinado com o Brasil em 2003.

A chegada de africanos lusófonos em Portugal data do final dos anos 60 e início da década de 70. Os primeiros fluxos migratórios foram provenientes das ex-colônias portuguesas, sobretudo de Cabo-Verde. Nesta época os fluxos eram pouco significativos do ponto de vista estatístico, principalmente porque grande parte dos imigrantes eram cidadãos portugueses, motivados pelas diferenças econômicas entre os países de origem e destino e por melhores oportunidades educacionais. A segunda fase da imigração de africanos lusófonos para Portugal aconteceu nos anos de 1974 e 1975, quando muitos emigrantes oriundos de Portugal retornaram para o mesmo, devido principalmente à conflitos dentro das colônias, no período de independência. Embora muitos dos imigrantes retornados tivessem origem européia, ou seja, eram portugueses residentes nas ex-colônias, um percentual significativo era de africanos.

A maior onda de imigração dos africanos lusófonos em direção à Portugal aconteceu a partir do segundo quinquênio da década de 70. Durante este período, a imigração africana assumiu características típicas de uma “migração laboral”, respondendo aos fatores sócio-econômicos de

expulsão e atração nos países de origem e no país de destino, respectivamente. Para Santos & Faria (2006) a economia dos PALOP pode ser caracterizada ainda hoje como de subsistência, centrada na produção agrícola, com baixa produtividade e subemprego ou desemprego persistentes, que têm produzido um aumento da dependência do trabalho assalariado e, principalmente o êxodo rural. A incapacidade de absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho, o ritmo lento da industrialização, a escassez dos meios de produção e o forte desemprego urbano são alguns dos fatores responsáveis pela emigração da mão-de-obra para o estrangeiro. Além do mais, os autores enfatizam que o processo de descolonização, as guerras e as políticas pós-coloniais, juntamente com as características geográficas, climáticas e a pobreza de recursos no meio rural contribuem para o incremento do número de indivíduos e de famílias emigrantes que, de certa forma podem ser considerados refugiados.

A maioria destes imigrantes era de baixa qualificação, sendo inseridos em atividades como a construção civil e serviços de limpeza. Além disso, eram imigrantes ilegais, que regularizaram suas situações no país nos anos 90, durante uma operação para regularização de imigrantes ilegais em Portugal.

A forte emigração portuguesa para a Europa, sobretudo nos anos 60, causou uma grande carência de mão-de-obra no país, compensada, em grande parte, pela entrada de cidadãos das ex-colônias africanas. Após 1986, a modernização da economia portuguesa, com sua adesão à Comunidade Econômica Européia (CEE), contribuiu ainda mais para a atração de mão-de-obra internacional qualificada e não qualificada. A flexibilização de alguns setores de atividade no mercado de trabalho português e a expansão da economia informal, como, por exemplo, na construção civil, favoreceu a entrada diversificada de trabalhadores estrangeiros.

A imigração de brasileiros para Portugal iniciou-se na década de 80, aumentando significativamente a partir da segunda metade desta década até 1995. Conforme Cunha (2002), a primeira onda de imigrantes brasileiros era formada por indivíduos com elevado status sócio-econômico, como dentistas, empresários, publicitários, técnicos de informática e audiovisual, não ultrapassando na sua totalidade 10.000 pessoas. Estes imigrantes pertenciam à classe média-alta no Brasil e foram inseridos em empregos bem remunerados, com perspectivas de carreiras e estabilidade no país de destino.

A escassez de mão-de-obra portuguesa em alguns setores de atividade no país foi responsável pelo recrutamento direto e indireto de trabalhadores brasileiros, sobretudo no marketing e na publicidade. Em meados dos anos 90, a expansão do setor de informática em Portugal também levou ao recrutamento de mão-de-obra brasileira especializada. Além do mais, o crescimento do investimento brasileiro no país, pós-1986, criou condições para o fluxo de diversos profissionais provenientes do Brasil, alguns ligados às empresas brasileiras estabelecidas em Portugal, outros não, como foi o caso de profissionais liberais, como engenheiros, arquitetos e economistas.

Diversos fatores contribuíram para a saída do Brasil de inúmeros brasileiros, tais como o fracasso dos planos econômicos de estabilização da moeda no governo Sarney e a eleição de Collor de Mello. O sucesso do Plano Real, em 1994, foi responsável pela desaceleração da emigração brasileira e pelo retorno de muitos brasileiros. No entanto, a crise cambial em 1999 e o aumento das taxas de desemprego no Brasil marcaram novas ondas de emigração. Estes novos imigrantes, diferentemente da primeira onda de imigrantes brasileiros, caracterizavam-se pelo pertencimento à classe média-baixa no Brasil e pela inserção em atividades mal-remuneradas,

com ausência de carreiras e instabilidade em Portugal, como, por exemplo, no setor hoteleiro, que são os serviços de restaurantes, casas noturnas, bares e lojas, na construção civil e serviços domésticos.

A partir dos acontecimentos expostos acima, é inteiramente possível que os imigrantes brasileiros e africanos que se dirigiram para Portugal tenha feito um cálculo de custo-benefício da migração, que os domicílios e/ou famílias dos mesmos tenham incentivado a emigração como estratégia de diversificação das fontes de rendimentos e que os contextos sócio-econômicos em que tais decisões foram tomadas sejam operados por forças estruturais nos níveis nacionais e internacionais. Neste sentido torna-se claro que os fatores causais das migrações internacionais no Brasil e nos PALOP atuaram simultaneamente em múltiplos níveis.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Considerações sobre a base de dados**

Em 2001, o Censo Português reportou 304.840 africanos de língua portuguesa, 2.500 timorenses e 49.680 brasileiros. Infelizmente sabemos que esses números são subestimados devido ao problema causado pela imigração ilegal e por suas conseqüências (por exemplo, medo dos imigrantes de darem informações para agências de produção e classificação de dados). Restringiu-se a amostra aos imigrantes com 20 ou mais anos de idade, para evitar problemas conseqüentes de endogeneidade na dupla tomada de decisão: migrar e entrar no mercado de trabalho. Com essa restrição etária, nossa amostra analítica final foi reduzida para 12.525 observações.

Os atributos sócio-econômicos e demográficos dos imigrantes foram relacionados com as posições ocupacionais dos mesmos, agrupadas em três categorias: alta, média e baixa. Esta classificação adotada é baseada no esquema *International Standard Classification of Occupations* (ISCO), de 1988. Esse sistema de classificação internacional de ocupações registra a ocupação principal do indivíduo. Se a pessoa possui mais de uma ocupação, a principal é aquela em que a pessoa gasta a maior parte do tempo ou a qual gera o maior montante de dinheiro (IPUMS, 2008). As grandes ocupações<sup>6</sup> foram reagrupadas de modo a resumir a variável dependente nas três categorias citadas acima. O agrupamento foi feito de acordo com a tabela a seguir:

---

<sup>6</sup> Os grandes grupos ocupacionais referem-se a: legisladores, oficiais seniores e gerentes (16.420), profissionais (36.840), técnicos e profissionais associados (33.980), oficiais das forças armadas (2.140), balconistas (33.360), prestadores de serviço e vendedores de loja e do mercado (36.280), artesãos e trabalhadores afins (41.240), operadores de maquinário industrial e montadores (12.020), agricultores e pescadores (2.220), ocupações elementares (41.500), respostas suprimidas devido ao sigilo da informação (60) e não aplicável (100.960). O número de observações entre parênteses referem-se a todos os imigrantes lusófonos em 2001, independentemente da idade.

**Tabela 1**

Codificação do Nível Ocupacional

ISCO	Reclassificação
Legisladores, oficiais seniores e gerentes	Alta
Profissionais	Alta
Técnicos e profissionais associados	Alta
Oficiais das forças armadas	Alta
Balconistas	Média
Prestadores de serviço e vendedores de loja e do mercado	Média
Artesãos e trabalhadores afins	Média
Operadores maquinário industrial e montadores	Média
Agricultores e pescadores	Baixa
Ocupações elementares	Baixa
Resposta ignorada	Não selecionado
Não aplicável	Não selecionado

Fonte: IPUMS (2008)

## 4.2 Método

Neste trabalho foi utilizada uma classe de modelos não-lineares, conhecidos como Modelo Ordinal Generalizado, com resíduo corrigido por viés de seleção amostral (técnica de correção de Heckman). Esta sessão descreve formalmente o modelo. Os testes empíricos e a análise de sensibilidade serão mais bem detalhados na próxima sessão.

Os modelos ordinais aplicam-se quando a variável dependente possui uma natureza ordinal; qual seja, quando cada categoria mantém uma relação de ordem com as outras que pode ser ou não regular (Pereira, 2001). Apesar das categorias de uma variável ordinal poderem ser ranqueadas, as distâncias entre elas são desconhecidas (Long & Freese, 2001). Os modelos não-lineares ordinais (como, por exemplo, probit ou logit) baseiam-se na estimação de retas de regressões paralelas (pressuposto dos modelos tradicionais), as quais reportam a probabilidade média da ocorrência de cada categoria da variável dependente. O modelo aqui apresentado baseia-se no trabalho de McKelvey e Zavoina (1975), os quais discutem o modelo ordinal em termos da variável latente subjacente.

Como em todos os modelos não-lineares, o efeito da mudança de uma variável independente sobre a probabilidade estimada depende do nível de todas as demais covariáveis. Se pensarmos em termos de variável latente<sup>7</sup>,  $y_i^*$ , variando de  $-\infty$  a  $+\infty$ , o modelo ordinal pode ser definido estruturalmente como:

$$y_i^* = x_i\beta + \varepsilon_i$$

O modelo de mensuração, por seu turno, divide  $y_i^*$  em J categorias ordinais:

<sup>7</sup> O modelo ordinal também pode ser desenvolvido em termos de um modelo não-linear de probabilidade. Para maiores detalhes, ver McCullagh (1980).

$$y_i = m \quad \text{if } \tau_{m-1} \leq y_i^* < \tau_m \quad \text{para } 1 \leq m \leq J$$

Os pontos de corte (ou limiares),  $\tau_1$  a  $\tau_{J-1}$  são estimados, com  $\tau_0 = -\infty$  e  $\tau_J = +\infty$ , por pressuposto. No nosso caso, observamos três categorias (ou  $y_i$ ), baixa, média e alta, e portanto, teríamos:

$$y_i = \begin{cases} 0 \Rightarrow \text{Baixa} & \text{se } \tau_0 = -\infty \leq y_i^* < \tau_1 \\ 1 \Rightarrow \text{Média} & \text{se } \tau_1 \leq y_i^* < \tau_2 \\ 2 \Rightarrow \text{Alta} & \text{se } \tau_2 \leq y_i^* < \tau_3 = \infty \end{cases}$$

Nesse sentido, quando a variável latente,  $y_i^*$ , cruza um ponto de corte ( $\tau$ ), a variável observada,  $y_i$ , muda de valor. A probabilidade de um valor observado da variável de mensuração para um dado valor de  $x$  corresponde à integral (área) sob a curva entre dois pontos de corte:

$$\Pr(y = m | x) = \Pr(\tau_{m-1} \leq y^* < \tau_m | x) = F(\tau_m - x\beta) - F(\tau_{m-1} - x\beta)$$

$F$  representa a função de distribuição de probabilidade acumulada para o resíduo,  $\varepsilon$ . No caso específico do modelo probit ordinal (utilizado neste trabalho),  $F$  corresponde a uma distribuição normal uniforme:  $F \sim U(0,1)$ .

Como pode ser observado acima, o modelo ordinal tradicional impõe a restrição de coeficientes ( $\beta$ ) fixos através das equações. Essa hipótese, conhecida como Hipótese das Regressões Paralelas (no caso geral), ou dos Riscos Proporcionais (no caso do modelo logit), é frequentemente violada (Williams, 2006; Long e Freese, 2002). O modelo ordinal generalizado, no entanto, flexibiliza a constância dos coeficientes através das equações. Ao flexibilizarmos o valor do beta ao longo das equações, teríamos:

$$\Pr(y = m | x) = \Pr(\tau_{m-1} \leq y^* < \tau_m | x) = F(\tau_m - x\beta_m) - F(\tau_{m-1} - x\beta_{m-1})$$

Em termos de probabilidade, podemos especificar o modelo como:

$$P(Y_i > m) = g(X\beta_m) = \frac{\exp(\alpha_j + X_i\beta_j)}{1 + [\exp(\alpha_j + X_i\beta_j)]} \quad \text{para } m = 1, 2, \dots, J-1$$

Ou seja, a probabilidade de assumir cada uma das categorias é expressa como:

$$\begin{aligned} P(Y_i = 1) &= 1 - g(X_i\beta_1) \\ P(Y_i = m) &= g(X_i\beta_{m-1}) - g(X_i\beta_m) \quad \text{para } m = 2, \dots, J-1 \\ P(Y_i = J) &= g(X_i\beta_{J-1}) \end{aligned}$$

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Discriminação no Mercado de Trabalho

Para responder à primeira pergunta, qual seja, se brasileiros e outros imigrantes de língua portuguesa têm chances diferentes de ocupar posições elevadas no mercado de trabalho de Portugal, foi utilizado um modelo não-linear de probabilidade ocupacional entre os imigrantes lusófonos. Definiu-se primeiramente a variável dependente como categorias ocupacionais de nível baixo, médio e alto, como especificado anteriormente.

Como a variável dependente varia de ocupações baixas a altas, supõe-se, *a priori*, que existe um ordenamento; ou seja, que ter uma ocupação de nível alto é superior em ordem do que se enquadrar em baixas ocupações. Assim, considerou-se que um imigrante que ocupa a posição de um médico está num nível ocupacional superior a um operário de fábrica. Essa diferença está estritamente condicionada ao pressuposto implícito de que determinadas ocupações remuneram mais do que outras ou geram um maior *status* social; nenhuma qualidade pessoal ou de ordem moral é intencionada como relevante para essa classificação.

A variável de análise refere-se à nacionalidade do imigrante lusófono. Diferenciamos os brasileiros dos africanos lusófonos (ou seja, os que nasceram em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) além dos nascidos em Timor Leste<sup>8</sup>. É importante destacar que, embora os africanos lusófonos tenham sido inseridos num mesmo grupo, existem grandes diferenças entre os mesmos. O foco do artigo, porém, é tentar captar diferença entre imigrantes Brasileiros e demais falantes da língua portuguesa. Por isso, optou-se pelo agrupamento dos demais imigrantes portugueses de língua portuguesa em uma única categoria. As demais variáveis de controle<sup>9</sup> selecionadas estão listadas na TAB. 2:

---

<sup>8</sup> Apesar de termos incluído Timor Leste na análise, chamaremos a categoria dos países de língua portuguesa como os africanos lusófonos devido a sua preponderância.

<sup>9</sup> Testamos a inclusão de algumas variáveis domiciliares. O status de propriedade surgiu como uma variável elegida, porém foi preterida devido a dois problemas que poderiam afetar a consistência do nosso estimador de discriminação ocupacional: endogeneidade e aumento não-significativo na função de máxima verossimilhança. Testamos modelos com termos interativos multiplicativos de indicadora de nacionalidade com sexo e com situação de domicílio. Tanto os testes de razão de máxima verossimilhança (para os modelos aninhados) quanto o teste BIC (Bayesian Information Criterion) para modelos não-aninhados sugeriram a exclusão dos termos interativos.

**Tabela 2**

Descrição das variáveis de controle

Variáveis de controle	Explicação	Código	Sinal Esperado
urban	Situação de domicílio	1 - Urbana 0 - Rural (base)	Positivo
ht	Horas trabalhadas por semana na atividade principal (dummies)	01 a 14 (base) 15 a 29 30 a 39 40 a 48	Positivo
educ	Nível educacional completado (dummies)	Analfabetos Primária Secundária Superior ou mais	Positivo
dmig5	Onde morava 5 anos atrás?	0 - Portugal (base) 1 - Exterior	Negativo
sex	Sexo	1 - Homem 0 - Mulher (base)	Positivo
age	Idade completa		Positivo
agesq	Idade completa ao quadrado		Negativo
relig	Tipo de orientação religiosa (dummies)	Pentecostais (base) Católico Outras religiões Sem religião Não sabe	Positivo
estciv	Estado Civil (dummies)	Solteiro (base) Casado Divorciado Separado Viúvo	Positivo

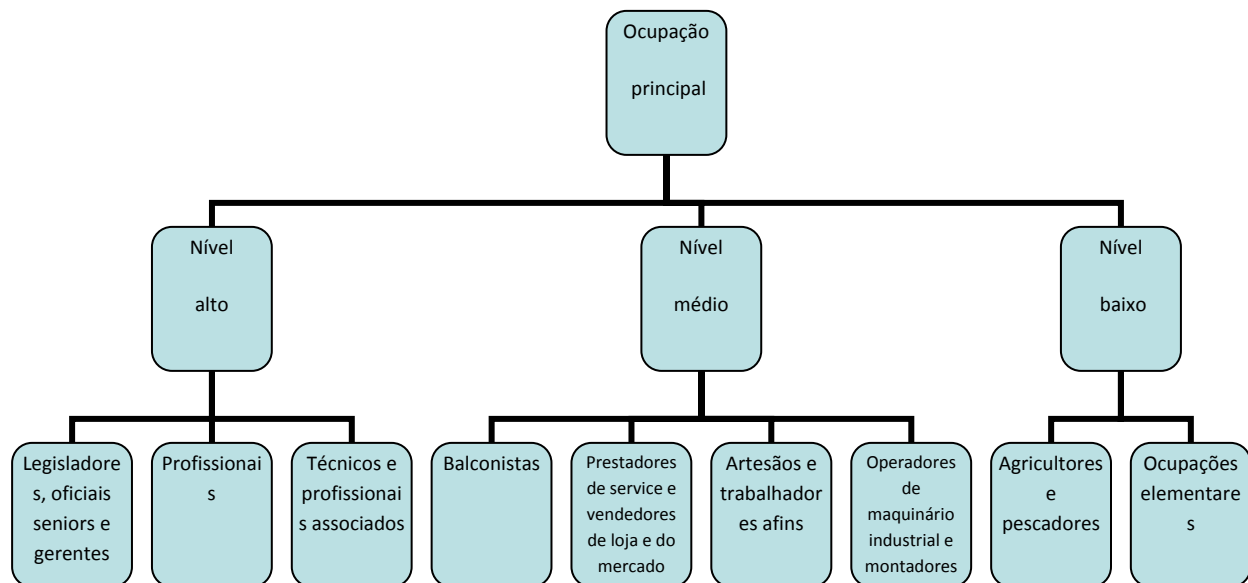
Fonte: IPUMS (2008)

Variáveis ordinais, como no caso da variável dependente, são mais bem modeladas através de equações não lineares em que o ranqueamento seja levado em consideração. Utilizou-se inicialmente o modelo Probit Ordenado. Esse modelo baseia-se no pressuposto de que as regressões para cada categoria da variável endógena são paralelas. Nesse sentido, para cada covariável, o estimador de máxima verossimilhança,  $b_i$ , não varia entre as categorias, mas apenas o seu nível. Por exemplo, podemos supor que a probabilidade estimada de transitar de uma ocupação baixa para média seja 0,30 superior se o indivíduo for homem. De acordo com o pressuposto referido, a probabilidade de migrar de uma ocupação média para a alta também seria 0,30 mais elevada se o indivíduo for do sexo masculino.

Esse pressuposto é freqüentemente violado (Long e Freese, 2001), uma vez que para a maioria das variáveis é razoável supor que os efeitos podem variar dependendo do nível assumido pela variável dependente. Quando esse pressuposto é violado, temos duas opções: mudar para outro tipo de modelagem (utilizando, por exemplo, uma equação multinomial) ou empregar um outro método de estimação dos retornos (como no caso dos modelos ordinais generalizados).

A utilização de equações multinomiais requer que o conhecimento de decisões alternativas seja irrelevante do ponto de vista da decisão individual. Esse pressuposto pode ser facilmente testado com a utilização do teste *Irrelevance of the Independent Alternative* (IIA). Para especificar um

modelo de escolha de forma correta, necessitamos reestruturar o nosso banco de dados de modo que cada observação original (o indivíduo) possua informação sobre todas as possíveis alternativas listadas na primeira coluna da TAB. 1 (classificação ISCO). Uma variável de escolha foi definida a partir da posição ocupacional de cada indivíduo. Assim, os 12.525 indivíduos com informação sobre a ocupação principal transformaram-se em 112.725 observações válidas. Após esse procedimento, utilizamos o modelo logístico aninhado em que o primeiro estágio corresponde a escolher um nível ocupacional (alto, médio ou baixo). O segundo estágio é definido a partir da escolha de uma categoria ocupacional dentro de cada nível. A vantagem de utilizar o modelo aninhado ao invés do condicional é que ele é uma especificação que relaxa o pressuposto de independência dos erros e de alternativas irrelevantes, como implícito nos modelos multinomiais e condicionais. O relaxamento do pressuposto ocorre na medida em que as alternativas similares são agrupadas em espécies de “ninhos”. Utilizamos o processo de parametrização padrão, o processo aleatório de maximização de utilidade (RUM). O esquema de escolha no nosso modelo aninhado, portanto, ficou definido como:

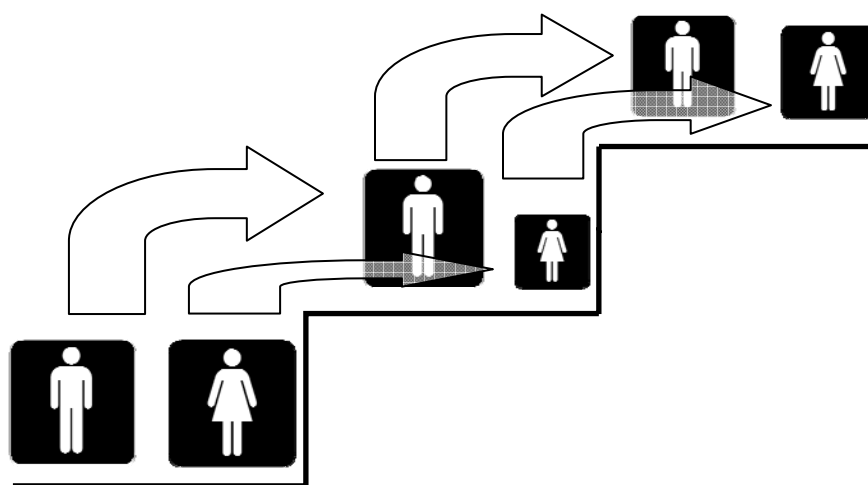


Testou-se o uso desse modelo de risco competitivo, com o estimador tau (teste de IIA) mostrando-se significativo. Esse resultado revela que no processo migratório, as transições ocupacionais dos parceiros no local de destino são relevantes para definir a sua própria trajetória. Apesar de respeitar a relevância das informações correlatas, o modelo acima sofre do mesmo problema da especificação multinomial, qual seja, é menos parcimonioso, o que pode ser um problema em amostra com tamanho reduzido. O problema da parcimônia mostra que quanto maior o número de parâmetros estimados, menor o número de graus de liberdade e menor a variabilidade, podendo afetar a estimação dos erros-padrão (Greene, 2002).

Uma segunda opção, quando a hipótese das regressões paralelas não é atendida, é empregar o modelo generalizado ordinal. De acordo com Williams (2006), os modelos generalizados ordinais são mais flexíveis, permitindo que os estimadores específicos não-constantes variem através das equações. Ademais, são modelos mais parcimoniosos do que os multinomiais e



preservam a natureza ordinal da variável endógena. Para identificarmos a violação do pressuposto das regressões paralelas, utilizamos o teste sugerido por Brant (1990). Esse teste é particularmente útil, pois podemos identificar quais covariáveis são ou não constantes em efeito através das equações. Esse recurso é útil para a correta especificação do modelo ordinal generalizado, pois podemos impor restrições corretas de constância do estimador para essas variáveis, atingindo uma calibragem com nível superior de consistência. O teste de Brant define uma hipótese de violação geral do pressuposto e violação específica por variável. Observou-se que algumas variáveis do modelo final apresentaram estimadores não constantes. Assim, empregou-se o modelo probit ordinal generalizado a fim de flexibilizar as restrições de constância dos estimadores<sup>10</sup>. A especificação inclui alguns parâmetros fixos, outros variáveis<sup>11</sup>, de acordo com o resultado obtido pelo teste de Brant (1990). Basicamente, o esquema de transição ocupacional com flexibilização das regressões paralelas pode ser visualmente esquematizado como a seguir:



Problemas adicionais foram encontrados. Utilizou-se o teste de heterocedasticidade proposto por Breusch e Pagan (1979) e observou-se não-constância na variância. Ausência de homocedasticidade é comum em amostras de período (Wooldridge, 2002). O modelo foi reestimado, empregando o estimador da matriz de covariância proposto por White (1980), de modo a obter erros-padrão robustos à heterocedasticidade. Assumiu-se, ademais, que as observações amostrais apresentavam independência intergrupos, mas que violavam o pressuposto de independência intra-grupo. Considerou-se como unidade de interdependência as cidades pólo de atração migratória de Portugal (Porto, Lisboa, Vila Nova de Gaia, Cintra e, por

<sup>10</sup> Utilizamos um processo de inclusão progressiva de variáveis de controle para especificação do modelo, respeitando os seguintes critérios de ajuste: suporte teórico, teste das razões de máxima verossimilhança e análise de resíduo (Neter, 1996). No caso do estado civil, decidimos excluí-la do modelo devido à baixa contribuição para a função de máxima verossimilhança e pela baixa relevância teórica. Sua maior importância está relacionada com a seleção para o mercado de trabalho mais do que com a transição entre as categorias ocupacionais. A tabela com as sucessivas regressões encontra-se em anexo (A.1).

<sup>11</sup> Para os modelos logit, a utilização de parâmetros fixos e variáveis através das equações binomiais implícitas é conhecida como modelos parciais de risco proporcional (Williams, 2006; Greene, 2002).

fim, as demais cidades agrupadas). A TAB.3 apresenta o resultado da equação estimada utilizando um modelo probit ordinal e o modelo probit ordinal generalizado (com flexibilização do pressuposto de constância dos retornos através das equações).

**Tabela 3**

Comparação dos modelos Probit Ordenado x Probit Ordenado Generalizado em relação à Probabilidade Estimada Enquadramento Ocupacional no Mercado de Trabalho de Portugal em 2001 - Brasileiros x Africanos Lusófonos

Coeficiente	Probit Ordenado	Probit Ordenado Generalizado	
		Baixa-Média	Média-Alta
bras	0.0991*** (0.015)	0.106*** (0.038)	0.106*** (0.038)
urban	-0.0354*** (0.0073)	0.0235 (0.036)	-0.0793** (0.034)
ht_1529	0.252*** (0.065)	-0.0914 (0.090)	0.429*** (0.087)
ht_3039	0.167*** (0.052)	0.277*** (0.068)	0.0164 (0.067)
ht_4048	0.0746** (0.038)	0.226*** (0.062)	-0.102 (0.063)
primar_	0.445*** (0.017)	0.442*** (0.032)	0.442*** (0.032)
secund_	1.036*** (0.026)	0.975*** (0.042)	1.083*** (0.039)
superior_	2.505*** (0.057)	1.879*** (0.071)	2.534*** (0.045)
dmig5	-0.466*** (0.016)	-0.493*** (0.037)	-0.493*** (0.037)
sex	0.441*** (0.017)	0.672*** (0.031)	0.243*** (0.028)
age	0.0212*** (0.0068)	0.0162** (0.0070)	0.0294*** (0.0070)
agesq	-0.0002** (0.000)	-0.0002** (0.000)	-0.0002** (0.000)
semrelig	0.272*** (0.079)	0.271*** (0.063)	0.271*** (0.063)
catolico	0.134*** (0.026)	0.132*** (0.045)	0.132*** (0.045)
outrelig	0.302*** (0.089)	0.160 (0.12)	0.413*** (0.11)
nsbreliq	0.0980*** (0.017)	0.0892* (0.053)	0.0892* (0.053)
cut1	0.577*** (0.17)		
cut2	2.330*** (0.18)		
Constante		-0.587*** (0.17)	-2.330*** (0.17)
Observações	12525	12525	12525

Erros-padrão robustos (à heterocedasticidade e dependência espacial) entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: IPUMS (2008)

A mudança nos coeficientes, inclusive inversões de sinais através das equações, mostra a relevância de se flexibilizar o pressuposto de regressões paralelas. Quando empregado um

modelo probit ordenado com restrições de paralelismo, verifica-se que homens tinham uma probabilidade 44% maior de ocupar posições mais elevadas do que as mulheres entre os imigrantes. No entanto, flexibilizada essa restrição, observamos que essa assimetria de gênero diminuiu na medida em que os indivíduos transitaram para ocupações de nível mais alto. Enquanto os homens apresentaram uma probabilidade média 67% superior que as mulheres de migrar de baixas para médias ocupações, esse diferencial caiu para apenas 24% na transição das ocupações de nível médio para alto. A variável de análise, no entanto, apresentou efeito constante entre as equações, porém com o seu valor aumentado. Os imigrantes brasileiros, portanto, tinham uma probabilidade média 11% maior de ocupar ocupações mais altas que os africanos lusófonos em Portugal, no ano de 2001. Com o modelo anterior, a chance era ligeiramente inferior, de 10%.

Esse tipo de análise no mercado de trabalho apresenta um problema clássico em definição de amostra analítica, conhecido como seletividade amostral. A seletividade ocorre toda vez que o resultado observado só existe se algum critério adicional for atendido. Por exemplo, só observou-se valores de categorias ocupacionais para quem possui trabalho ou está temporariamente afastado. Um pressuposto dos modelos de regressão é que os indivíduos fora da sua amostra são aleatoriamente distribuídos, com padrões médios não informativos. Aplicado ao nosso problema de análise, seria dizer que não há nenhum viés de seleção para o mercado de trabalho de acordo com determinadas características do indivíduo. Uma solução para o viés causado no estimador foi originalmente proposta por Heckman (1979).

Precedeu-se a estimação de um modelo em dois estágios. O primeiro estágio trata da especificação de um modelo de seleção amostral. A variável dependente, no nosso caso, representa a probabilidade de estar no mercado de trabalho (ou ter alguma ocupação). As covariáveis devem representar um subconjunto (parcial ou integral) das covariáveis do modelo de probabilidade ocupacional. Utilizou-se o mesmo método de inclusão progressiva de variáveis, baseado no teste da razão de máxima verossimilhança de modelos aninhados e no respaldo teórico para definir o modelo de seleção amostral final. Apesar do estado civil ser considerado um fator importante para selecionar o indivíduo para o mercado de trabalho, ele é considerado um fraco preditor das transições ocupacionais, uma vez controlados os efeitos de idade. Assim, pela restrição de subconjunto, o estado civil foi eliminado da equação de seleção.

Uma vez estimados os coeficientes na equação de seleção, foi calculada a probabilidade estimada de estar no mercado de trabalho e definiu-se a Razão do Inverso de Mill (IMR). A IMR nada mais representa do que a função de risco de ser selecionado e pode ser definida como (Heckman, 1979):

$$IMR = pdf(\text{Seleção})/cdf(\text{Seleção}) = pr(\text{Seleção})/Pr(\text{Seleção})$$

No caso do modelo probit, *pdf* corresponde à função densidade de probabilidade normal ao passo que *cdf* representa a função normal acumulada. No segundo estágio, então, o modelo probit ordinal generalizado foi reestimado, incluindo a IMR estimada como mais uma variável de controle<sup>12</sup>. A TAB. 4 compara o modelo sem correção e os resultados dos coeficientes corrigidos

---

<sup>12</sup> Esse processo é automatizado nos programas estatísticos atuais, como no Stata 10.0 (versão utilizada para esse artigo). No entanto, modelos de seleção amostral de Heckman só são permitidos em modelagens não-lineares para variáveis dependentes bicatégoricas. Para modelos ordinais, especialmente para os generalizados, o processo de estimação ainda precisa ser feito manualmente.

pelo viés de seletividade amostral. O último bloco reporta o efeito marginal das variáveis independentes sobre a probabilidade de enquadramento ocupacional após a correção viés amostral.

**Tabela 4**

Comparação do Modelo Antes e Após a Correção de Seletividade Amostral - Probabilidade Estimada de Enquadramento Ocupacional no Mercado de Trabalho Português, 2001 -Brasileiros X Africanos

Coeficiente	Probit Ordenado Generalizado sem Correção de Heckman (I)		Probit Ordenado Generalizado com Correção de Heckman (II)		Efeito Marginal (Modelo II)		
	Baixa-Média	Média-Alta	Baixa-Média	Média-Alta	Ocupação		
					Baixa	Média	Alta
bras	0.106*** (0.038)	0.106*** (0.038)	0.104*** (0.038)	0.104*** (0.038)	-0.0194*** (0.0067)	-0.0186** (0.0073)	0.0380*** (0.0139)
urban	0.0235 (0.036)	-0.0793** (0.034)	0.0335 (0.036)	-0.0701** (0.034)	-0.0066 (0.0072)	0.0321** (0.0127)	-0.0255** (0.0124)
ht_1529	-0.0914 (0.090)	0.429*** (0.087)	-0.0925 (0.090)	0.425*** (0.087)	0.0190 (0.0193)	-0.1817*** (0.0322)	0.1627*** (0.0345)
ht_3039	0.277*** (0.068)	0.0164 (0.067)	0.278*** (0.068)	0.0149 (0.067)	-0.0498*** (0.0110)	0.0445* (0.0233)	0.0054 (0.0242)
ht_4048	0.226*** (0.062)	-0.102 (0.063)	0.226*** (0.062)	-0.104 (0.063)	-0.0462*** (0.0133)	0.0838*** (0.0229)	-0.0376 (0.0231)
primar_	0.442*** (0.032)	0.442*** (0.032)	0.492*** (0.035)	0.492*** (0.035)	-0.0889*** (0.0061)	-0.0917*** (0.0076)	0.1806*** (0.0130)
secund_	0.975*** (0.042)	1.083*** (0.039)	0.992*** (0.043)	1.102*** (0.039)	-0.1452*** (0.0054)	-0.2675*** (0.0129)	0.4127*** (0.0139)
superior_	1.879*** (0.071)	2.534*** (0.045)	2.009*** (0.082)	2.662*** (0.060)	-0.2212*** (0.0056)	-0.5759*** (0.0072)	0.7971*** (0.0083)
dmig5	-0.493*** (0.037)	-0.493*** (0.037)	-0.490*** (0.037)	-0.490*** (0.037)	0.1169*** (0.0105)	0.0421*** (0.0029)	-0.1589*** (0.0105)
sex	0.672*** (0.031)	0.243*** (0.028)	0.768*** (0.043)	0.332*** (0.040)	-0.1553*** (0.0090)	0.0366*** (0.0112)	0.1187*** (0.0140)
age	0.0162** (0.0070)	0.0294*** (0.0070)	0.0731*** (0.019)	0.0865*** (0.019)	-0.0143*** (0.0037)	-0.0168*** (0.0032)	0.0311*** (0.0069)
agesq	-0.0002** (0.000)	-0.0002** (0.000)	-0.0009*** (0.000)	-0.0009*** (0.000)	0.0002*** (0.0000)	0.0002*** (0.0000)	-0.0003*** (0.0001)
semrelig	0.271*** (0.063)	0.271*** (0.063)	0.272*** (0.063)	0.272*** (0.063)	-0.0460*** (0.0091)	-0.0561*** (0.0155)	0.1021*** (0.0245)
catolico	0.132*** (0.045)	0.132*** (0.045)	0.132*** (0.045)	0.132*** (0.045)	-0.0268*** (0.0094)	-0.0110*** (0.0062)	0.0468*** (0.0155)
outrelig	0.160 (0.12)	0.413*** (0.11)	0.159 (0.12)	0.413*** (0.11)	-0.0283 (0.0189)	-0.1301*** (0.0389)	0.1584*** (0.0421)
nsbrelig	0.0892* (0.053)	0.0892* (0.053)	0.0881* (0.053)	0.0881* (0.053)	-0.0166* (0.0095)	-0.0156 (0.0010)	0.0322* (0.0195)
imr			2.039*** (0.63)	2.039*** (0.63)	-0.3996*** (0.1239)	-0.3340*** (0.1042)	0.7336*** (0.2272)
Constante	-0.587*** (0.17)	-2.330*** (0.17)	-2.409*** (0.59)	-4.158*** (0.59)			
Observações	12525	12525	12525	12525			

Erros-padrão robustos (à heterocedasticidade e dependência espacial) entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: IPUMS (2008)

A correção do viés de seletividade amostral alterou apenas levemente os coeficientes da regressão. A probabilidade de enquadramento ocupacional numa posição mais elevada entre os

brasileiros era, em média, 10,4% superior à dos africanos. Observou-se que ao longo da utilização de diferentes técnicas de estimação, o valor da vantagem brasileira no mercado de trabalho português permaneceu em torno de 10%. Adicionalmente, em todos os modelos, o efeito parece permanecer o mesmo nas duas possíveis transições: da baixa para média e da média para alta. Esse resultado mostra que mesmo em posições mais altas, ao contrário do que acontece no caso do sexo, a diferença entre brasileiros e africanos lusófonos não é atenuada.

### SIMULAÇÃO CONTRA-FACTUAL DE RETORNOS

A segunda pergunta deste artigo diz respeito ao potencial da eliminação da discriminação no mercado de trabalho sobre a probabilidade estimada de ocupação. Concluiu-se na sessão anterior que a probabilidade de um brasileiro ocupar uma posição alta é 4% superior a de um africano, ao mesmo tempo em que a probabilidade de enquadramento em baixas ocupações é 2% inferior. Na presença de uma diferença significativa na probabilidade ocupacional, o que aconteceria se os diferenciais de retorno entre brasileiros e africanos lusófonos fossem eliminados?

A TAB. 5 resume os resultados das simulações. Se os retornos dos atributos dos africanos fossem idênticos aos dos brasileiros, sua probabilidade de ocupar posições mais elementares reduziria em mais de 4%. O efeito oposto acontece para os brasileiros. Se eles fossem tratados no mercado de trabalho como os africanos, sua probabilidade de ocupar posições mais baixas aumentaria em aproximadamente 3%.

**Tabela 5**

Probabilidades Médias Estimadas de Enquadramento por Nível Ocupacional no Mercado de Trabalho Português em 2001 - Brasileiros e Africanos Lusófonos

Nível Ocupacional	Brasileiros			Brasileiros com Retornos dos Africanos Lusófonos			$\Delta$ Pr(Média) Simulada - Estimada
	Pr(Mínima)	Pr(Média)	Pr(Máxima)	Pr(Mínima)	Pr(Média)	Pr(Máxima)	
Baixo	0.0101	0.1798	0.7693	0.0032	0.2080	0.8300	<b>2.82%</b>
Médio	-0.0198	0.5074	0.8189	0.0141	0.4777	0.7771	-2.97%
Alto	0.0259	0.3127	0.9688	0.0162	0.3142	0.9669	0.15%

Nível Ocupacional	Africanos Lusófonos			Africanos Lusófonos com Retornos dos Brasileiros			$\Delta$ Pr(Média) Simulada - Estimada
	Pr(Mínima)	Pr(Média)	Pr(Máxima)	Pr(Mínima)	Pr(Média)	Pr(Máxima)	
Baixo	0.0030	0.1681	0.8298	0.0095	0.1242	0.9633	<b>-4.39%</b>
Médio	0.0092	0.4748	0.7884	-0.0274	0.4850	0.8263	1.02%
Alto	0.0177	0.3572	0.9782	0.0154	0.3908	0.9679	3.37%

Nota I: A simulação iguala os retornos (ou seja, os coeficientes) da equação de brasileiros com a equação dos africanos, preservando as suas diferenças de atributos.

Nota II: Os valores extremos negativos de probabilidade é uma possibilidade matemática no logit ordinal generalizado desenvolvido por Williams (2006).

Fonte: IPUMS (2008)

Combinando os resultados das TAB. 3 e 4, verificou-se que os brasileiros com as mesmas características sócio-econômicas dos africanos lusófonos têm mais chance de ocuparem posições mais elevadas no mercado de trabalho português. O que explica a diferença nas chances ocupacionais entre os dois grupos são os retornos auferidos pelos seus atributos. Os imigrantes africanos, em média, apresentam indicadores sócio-econômicos melhores do que os brasileiros e, apesar disso, por causa da discriminação no mercado de trabalho, levam desvantagem no retorno aos seus atributos. Essa desvantagem mais que compensa o diferencial das características sócio-econômicas entre brasileiros e africanos lusófonos.

## **6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na literatura sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho português pode-se afirmar que a inclusão de brasileiros e africanos lusófonos no mercado de trabalho em Portugal é carregada de preconceito racial e discriminação. De acordo com Almeida & Reis (2007), a superioridade européia sobre as populações colonizadas é fruto de um pensamento histórico-imperial que perdura ainda em pleno século XXI e que reflete na inserção destes dois grupos no mercado de trabalho português. Segundo Machado (2006), a majoritária presença de imigrantes africanos oriundos das ex-colônias e de brasileiros em Portugal facilitou a perenidade do pensamento colonial, o qual, por sua vez, resultou na reconstrução, por parte da população portuguesa, da antiga ordem imperial, baseando-se nas populações de imigrantes. O Brasil teria uma função específica na hierarquia das nacionalidades presente no mercado de trabalho português: a de exemplo para os países africanos, ex-colônias portuguesas; isto é, o imigrante brasileiro ocuparia um lugar intermediário entre africanos e portugueses.

Conforme os resultados verificados neste trabalho, os imigrantes africanos provenientes das ex-colônias portuguesas, quando comparados aos imigrantes brasileiros, são discriminados no mercado de trabalho em Portugal. Através das diferentes técnicas de estimação foi possível quantificar que a vantagem dos brasileiros frente aos africanos lusófonos no mercado de trabalho português, em termos de chances de ocuparem posições mais elevadas, era em média 10%. Além do mais, se os retornos dos africanos lusófonos no mercado de trabalho português fossem os mesmos dos brasileiros, a probabilidade dos primeiros de ocupar posições mais elementares diminuiria em mais de 4%. Por outro lado, a probabilidade dos brasileiros de ocupar posições mais baixas no mercado de trabalho em Portugal aumentaria em aproximadamente 3%, caso fossem tratados como os africanos provenientes dos PALOP.

Lages & Policarpo (2002), ao realizarem um trabalho de campo em Portugal sobre a imigração recente no país, verificaram que os imigrantes africanos destacaram-se claramente como o grupo que os entrevistados consideram como mais diferente dos portugueses. Essa diferença foi apontada nos costumes, na maneira como educam os filhos, nas crenças e práticas religiosas e nos valores e comportamentos sexuais. Por outro lado, os brasileiros foram considerados o grupo de imigrantes mais semelhante aos portugueses. A percepção de um indivíduo como diferente do ponto de vista cultural pode ser entendida como um possível indicador de preconceito não declarado, na medida em que os entrevistados exageram na percepção das diferenças entre os grupos de imigrantes e a população autóctone (Lages et al., 2006).

Com base em Lages et al. (2006), que também realizou um trabalho de campo no país, no ano de 2004, os imigrantes dos PALOP correspondiam ao grupo de imigrantes cujos rendimentos

médios eram os mais baixos (713€), seguidos pelos imigrantes do leste europeu (776€) e pelos brasileiros (1.008€). A renda média desses últimos era a mais próxima do rendimento médio dos portugueses (1.131€). Para os autores, tal desigualdade de rendimentos pode ser explicada pelas diferenças nos níveis de qualificação dos grupos considerados, ou pelo tratamento diferencial que recebem da população portuguesa, ou pela integração incompleta da população imigrante, ou mesmo pelo não reconhecimento das suas qualificações de origem e/ou a sua discriminação econômica. Os portugueses, ao serem questionados sobre a entrada de mais imigrantes em território nacional, demonstraram uma maior oposição aos novos fluxos africanos. Do total de portugueses entrevistados, cerca de 85% atribuíram características positivas aos brasileiros e aproximadamente 68% aos africanos.

Note que apesar das duas pesquisas de campo e de seus respectivos resultados se referirem a anos posteriores à 2001, as conclusões de tais estudos podem esclarecer os resultados deste trabalho, uma vez que a bibliografia sobre o racismo e o preconceito da população autóctone de Portugal frente aos grupos de imigrantes não é extensa. Vale considerar também que as opiniões a respeito dos grupos de imigrantes podem se modificar ao longo do tempo, mas não drasticamente, como comprovado em Lages et al. (2006). Além disso, no atual contexto em que as normas de comportamento socialmente aceitáveis pressionam cada vez mais os indivíduos a terem, ou pelo menos passarem uma imagem de si mesmos como igualitários ou, pelo menos, não discriminatórios, atitudes racistas por parte da população portuguesa em relação aos imigrantes não serão abertamente declaradas (Lages et al, 2006).

Um outro aspecto importante é a existência de uma hierarquização social associada à cor da pele dos imigrantes em Portugal, o que pode atrapalhar na inserção de determinados grupos sociais no mercado de trabalho em detrimento de outros.

Santos & Faria (2006) acreditam que a sociedade portuguesa dificulta o acesso dos imigrantes dos PALOP às condições que poderiam evitar a formação de estereótipos e preconceitos que impedem interações mais positivas entre os mesmos. O que parece é que embora na nossa amostra os imigrantes dos PALOP possuam, em média, um nível de educação formal e de formação profissional superior ao dos brasileiros, as posições ocupadas por estes imigrantes no mercado de trabalho português é resultado da posição que ocupam na hierarquia de alteridades presente na sociedade portuguesa, citada anteriormente.

Neste trabalho, foi verificada a presença de discriminação imigratória dos africanos lusófonos, frente aos brasileiros, no mercado de trabalho português. Tal discriminação sinaliza a necessidade de maior atenção contra a prática do racismo, o qual mesmo sendo velado por alguns indivíduos, deve ser combatido, seja através de campanhas educativas disseminadas pelos meios de comunicação, seja nas escolas. O próximo passo desse estudo será incluir os portugueses e os europeus do leste na análise e verificar as diferenças de probabilidades ocupacionais no mercado de trabalho entre os portugueses, os imigrantes do leste europeu, os brasileiros e os africanos lusófonos e simular o impacto de uma política imigratória seletiva por nível educacional sobre esse diferencial de probabilidade entre nativos e imigrantes. Essa simulação nos responderá sobre o custo potencial desse tipo de política para os nativos portugueses em termos do quanto sua chance de ocupar posições mais elevadas no mercado de trabalho seria reduzida por consequência da competição com os imigrantes estrangeiros.



## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. G. e REIS, E. S. A imigração brasileira em Portugal: o perfil do imigrante e as conseqüências no mercado de trabalho luso. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic\\_sec\\_2\\_mi\\_bras\\_port.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_2_mi_bras_port.pdf)>. Acesso dia 10 de janeiro de 2008.

BRANT, R. Assessing proportionality in the proportional odds model for ordinal logistic regression. **Biometrics**, v. 46, pp. 1171–1178, 1990.

BREUSCH, T., and A. PAGAN. A simple test for heteroscedasticity and random coefficient variation. **Econometrica**, v. 47, pp. 1287-1294, 1979.

CUNHA I. F. Mundos imaginados: as brasileiras e os media em Portugal. 2002. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/handle/1904/18430>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 5. ed. Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, 2003.

HECKMAN, J. J. Sample Selection Bias as a Specification Error. **Econometrica**, v. 47, n. 1, pp. 153-161, 1979.

JORDAN, B. e DUVELL, F. Migration. The boundaries of equality and justice. Cambridge: Polity, 2003.

KRITZ, M. e ZLOTNIK, H. Global interactions: migration systems, processes and policies. In: KRITZ, M. et.al. International migration systems, a global approach. Oxford: Clarendon, 1992. pp 1-16.

LAGES, M. F. e POLICARPO, V. Análise preliminar de duas sondagens sobre os imigrantes em Portugal. Lisboa, versão provisória. 2002. Disponível em: <http://www.acime.gov.pt>. Acesso dia 12 de janeiro.

LAGES, M. F., POLICARPO, V. M., MARQUES, J. C. L., MATOS, P. L., HOMEM, J. H. C. A. Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas. Análise de duas sondagens. Lisboa: Observatório da Imigração/ ACIME. 2006.

MACHADO, I. J. R. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 2004, v.47,nº1. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100006&script=sci\\_arttext&tlng=>](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100006&script=sci_arttext&tlng=>)>. Acesso dia 10 de janeiro de 2008.

MACHADO, I. J. R. *Imigração em Portugal*. Estudos Avançados, 2006, vol.20, n. 57. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200010&script=sci\\_arttext&tlng=>](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200010&script=sci_arttext&tlng=>)>.

Acesso dia 08 de janeiro de 2008.

MACHADO, F.L. & ABRANCHES, M. Dois caminhos de integração social: uma análise extensiva e comparativa das trajetória socioprofissionais de caboverdianos e indianos hindus em Portugal. 2004.

MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCI, A., PELLEGRINO, A. e TAYLOR, J. E. Theories of International Migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, Vol. 19, No. 3 (Sep., 1993), pp. 431-466

MASSEY, D. et.al. *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of millennium.* Oxford: Claredon, 1998. p. 1-16.

MCCULLAGH, P. Regression models for ordinal data (with discussion). **Journal of Royal Statistics Society**, v.42, pp. 10-42, 1980.

MCKELVEY, R.; ZAVOINA, W. A statistical model for the analysis of ordinal level dependent variables. **Journal of Mathematical Sociology**, v. 4, pp.103-120, 1975.

NETER, J. **Applied linear statistical models.** 4th. ed. Chicago: Irwin, c1996.

PEIXOTO, J. & FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, J.M. (org.). 2007. *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração. Disponível em: <[http://www.oi.acime.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira\\_I.pdf](http://www.oi.acime.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira_I.pdf)>

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos – estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais.** 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PIRES, R.P. A integração socioprofissional dos imigrantes: contexto e desafios. Disponível em: [http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Culturgest/RuiPenaPires\\_Paper\\_metropolis2006.pdf](http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Culturgest/RuiPenaPires_Paper_metropolis2006.pdf). Acesso dia 10 de janeiro de 2008.

SANTOS, N. L. e FARIA, L. Estudo comparativo sobre percepções de características sócio-profissionais de trabalhadores em geral e de imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal. *Paidéia (Ribeirão Preto)*. 2006, vol. 16, no. 34. pp. 181-192. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2006000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000200006&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 24 de março de 2008.

VALA, J., BRITO, R. e LOPES, D. *Expressões dos racismos em Portugal.* Lisboa, edição Instituto de Ciências Sociais, 1999.

VIANNA, C. A comunidade brasileira em Portugal. 2000. Disponível em: <<http://www.casado brasil.info/UserFiles/File/pdfs/art-comunidade-brasileira.pdf>>. Acesso em 24 de março de 2008.

WHITE, H. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica**, v. 48, pp. 817-838, 1980.

WILLIAMS, R. Generalized Ordered Logit/Partial Proportional Odds Models for Ordinal Dependent Variables. **The Stata Journal**, v. 6, n. 1, pp. 58-82, 2006.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2002.

PEIXOTO, J., CARRILHO, M. J., BRANCO, R., e CARVALHO, R. The demographic characteristics of populations with an immigrant background in Portugal. In: HAUG, W., COMPTON P. and COURBAGE Y. 2002. The demographic characteristics of immigrant populations. Population studies No.38. Strasbourg: Council of Europe. p. 363-418. Disponível em: <[http://www.coe.int/T/E/Social\\_cohesion/Population/N%B038\\_Demo\\_immig\\_pop.pdf](http://www.coe.int/T/E/Social_cohesion/Population/N%B038_Demo_immig_pop.pdf)>. Acesso em 08 de janeiro de 2008.